

SOBRE FALAS E FOTOS: NARRATIVAS DE PESSOAS COM TRANSTORNO MENTAL SOBRE SI E A CIDADE

About words and photos: narratives from people with mental disorder about themselves and the city

Kamila Barros Tizatto¹
Gisele Schwede²

Artigo encaminhado: 27/01/2015
Aceito para publicação: 26 /11/2015

RESUMO

A cidade, neste estudo, é compreendida não como o palco onde as coisas acontecem, mas como um ator que se modifica e modifica os sujeitos que nela se inserem por meio de uma relação dialética. Durante séculos esta mesma cidade foi colocada numa posição dicotômica em sua relação com as pessoas com transtornos mentais que, por sua vez, traçaram um longo caminho permeado pelo abandono, violência e exclusão social. Com o avanço dos movimentos de desospitalização da sociedade é chegada a hora destas pessoas adentrarem a cidade e (re)estabelecerem o espaço social que lhes foi atribuído. Compreender como estes sujeitos percebem as manifestações de inclusão e exclusão social nesta cidade contemporânea é o que se objetiva este estudo e que, para tal, utiliza-se da produção fotográfica, compreendendo-a como um novo suporte expressivo para sujeitos que por demasiado tempo tiveram silenciadas suas falas. Ao final, percebeu-se a posição com a qual estes sujeitos pesquisados colocam-se em relação ao transtorno mental, num posicionamento ciente das limitações impostas por conta desta condição, paralelo ainda, à enfática importância que atribuem ao trabalho enquanto meio para alcançar a cidadania plena.

Palavras-chave: Cidade; Transtorno Mental; Exclusão e Inclusão Social; Fotografia.

ABSTRACT

At this study, the city is understood not as a stage where things happen, but as an actor, that modifies and change people inserted at the city, through a dialectical relation. During centuries this same city where put in a dichotomous position, in their relationship through violence, social exclusion and abandonment. With the advance of deinstitutionalization of the society, its time to enter in this city and reestablish the social space that belong to them. Understood how people see the contexts of social inclusion and social exclusion at this modern city is the object of this study, that uses photography production understand as a new expressive support to people who where, for a long time, not able to manifest themselves. At

¹ Bacharel em Psicologia pela Faculdade Guilherme Guimbala – ACE/FGG, pós-graduanda em Desenvolvimento Infantil pela Universidade Positivo/ PR. Trabalho de Conclusão de Curso desenvolvido e apresentado na Faculdade Guilherme Guimbala – ACE/FGG . E-mail: kamilabtizatto@hotmail.com;

² Bacharel em Psicologia, mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina, doutora em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pela Universidade de São Paulo. Artigo originado a partir de Trabalho de Conclusão de Curso em Bacharelado em Psicologia, pela Faculdade Guilherme Guimbala. E-mail: gisele.schwede@gmail.com.

the end, it was perceived position with which they surveyed the subjects are placed in relation to mental disorder, a believer in the positioning limitations due to this condition, parallel, also emphasized the importance they attach to work as a means to achieve citizenship.

Keywords: City; Mental Disorder; Social Inclusion and Social Exclusion; Photography.

1 INTRODUÇÃO

O
doido passeia
pela cidade sua loucura mansa.
É reconhecido seu direito
à loucura. Sua profissão.
Entra e come onde quer. Há níqueis
reservados para ele em toda casa.
Torna-se o doido municipal,
respeitável como o Juiz, o coletor,
os negociantes, o vigário.
O doido é sagrado. Mas se endoia
de jogar pedra, vai preso no cubículo
mais tétrico e lodoso da cadeia.

Carlos Drummond de Andrade (In: Menino Antigo, 1974).

Em algum momento da minha constituição enquanto sujeito e profissional da Psicologia, os eventos cotidianos vividos na e pela cidade encontraram lugar central no meu interesse, fazendo com que voltasse meu olhar às suas tão heterogêneas manifestações. Dentre as inúmeras possibilidades que a vida comum apresenta, tive desperto grande interesse em relação ao transtorno mental, à loucura, à exclusão desses sujeitos de quem uns tantos têm medo, outros tantos acham graça; alguns cuidam, outros mais abandonam. Em paralelo, compreendendo a cidade como um próprio ator social, que se constitui e se modifica junto àqueles que nela se instalam sob a forma de morada ou de passagem, não é difícil pensar ambas as áreas unidas no ato de pesquisar.

Das metrópoles às pequenas cidades, dos centros às periferias, comum é nos depararmos com o *João pregador*, a *Maria das balas*, o *José que assusta crianças*. O real desafio e aquilo a que se propõe este processo de pesquisa-intervenção, é pensar em uma atuação que se volte à fala desses sujeitos, criando um espaço de escuta e valorização de suas vozes e suas histórias há tanto silenciadas ou desacreditadas.

A recente legislação que dispõe sobre os direitos específicos da pessoa com transtorno mental³ vem contribuindo para o avanço na luta por uma Reforma Psiquiátrica plena, visando o minguar dos estigmas sociais para a loucura. Neste cenário, mais do que retirar o *louco* de trás dos muros e livrá-lo da violência que permeou técnicas da assistência psiquiátrica por tantos anos, é chegada a hora de este sujeito adentrar a cidade e (re)estabelecer o seu lugar social dentro dela, lugar este que por tantas vezes é limitado à exclusão promovida por uma sociedade ainda crua na sua compreensão sobre a loucura.

2 OBJETIVOS

O ideário desta pesquisa foi colocar essa cidade como foco de reflexão e investigar junto a adultos com transtornos mentais como percebem as relações que estabelecem com o espaço urbano com o qual convivem tão cotidianamente. Para tal, busquei a utilização do discurso verbal e imagético e, em parceria a estes sujeitos que voluntariamente se propuseram a dividir comigo seus cotidianos e opiniões, desenvolvi ao longo do ano de 2012 o Grupo de Debate e Fotografia em um serviço municipal de Inclusão Social para pessoas com transtornos psiquiátricos na cidade de Joinville, região norte de Santa Catarina. Buscou-se, com isso fomentar a reflexão crítica de condições historicamente determinadas e de situações que vivenciam por conta do transtorno mental neste determinado tempo histórico.

As reflexões resultantes destes encontros serviram como subsídio para a produção fotográfica, com a qual busquei formular possíveis interpretações sobre como os contextos de inclusão e exclusão social dentro da cidade são percebidos pela ótica das pessoas com transtorno mental, bem como os sentidos atribuídos para tal.

No que tange ao uso do recurso fotográfico e como este se cabe à pesquisa em Psicologia, Maurense e Tittoni (2007) colocam que a fotografia é capaz de evidenciar jogos de poder e processos de subjetivação. É preciso compreender o papel cultural da fotografia:

o seu poderio de informação e desinformação, sua capacidade de emocionar e transformar, de denunciar e manipular. Instrumento ambíguo de conhecimento, ela exerce contínuo fascínio entre os

³ Lei 10.216, de 06 de abril de 2001 e demais emendas e portarias.

homens. Ao mesmo tempo em que tem preservado as referências e lembranças do indivíduo, documentado os feitos cotidianos do homem e das sociedades em suas múltiplas ações, fixando, enfim, a memória histórica, ela também se prestou – e se presta – aos mais interesseiros e dirigidos usos ideológicos. (...) sua importância histórica reside nas intenções, usos e finalidades que permeiam sua produção e trajetória. Toda fotografia resulta de um processo de criação; ao longo deste processo, a imagem é elaborada, construída técnica, cultural, estética e ideologicamente (KOSSOY, 2007, p. 31-32).

Falar de processo de criação sem mencionar estética seria como fragmentar o conceito: estética é a dimensão sensível da relação com o mundo, que possibilita visões caminantes entre nossas polissêmicas sociedades e que perpassa todo processo de criação (ORTIZ, ZANELLA E MAHEIRIE, 2007).

Para criar uma interlocução entre interesses e métodos escolhidos para este pesquisar, busquei dialogar com estudiosos do enfoque histórico-cultural em Psicologia, da antropologia, da saúde mental, da fotografia, da comunicação e do urbanismo.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 O sujeito

Ao tratar especificamente da teoria que dá norte a este trabalho, é preciso contextualizar o leitor acerca da compreensão do enfoque histórico-cultural em Psicologia sobre a concepção de homem e o processo de tornar-se humano. Destarte, recorro à visão dos autores que contribuem para este referencial teórico.

A formação do psiquismo humano encontra-se no cerne dos estudos de Lev S. Vigotski, importante precursor desta vertente teórica, que realizou seus estudos no início do século XX. Sua concepção centra-se na perspectiva de sujeito constituído de aspectos biológicos, psicológicos, antropológicos, sociais e culturais, afastando-se da dicotômica relação sujeito-sociedade, posta pela tendência materialista mecanicista predominante do período (ZANELLA, 2004).

Este autor nos coloca que a “maturação *per se* é um fator secundário no desenvolvimento das formas típicas e mais complexas do comportamento humano” (1989, p. 21), ou seja, ainda que os processos psicológicos elementares sejam de origem biológica, os processos psicológicos superiores são resultantes destes primeiros em interação com seu meio sócio-cultural. Desta forma, só existe

o sujeito, tal qual o estamos pensando, quando constituído em sua relação com os contextos sociais que, por sua vez, resultam da ação do homem sobre seu meio.

Atentando-nos a esta perspectiva, compreendemos que as teorias de cunho histórico-cultural compreendem o homem como produto e produtor da sociedade, em uma relação dialética, a partir do fato de que este mesmo homem que transforma seu contexto social, apropria-se de suas significações e constitui a si mesmo enquanto sujeito. Vigotski (1989) salienta que estudar alguma coisa historicamente não significa compreendê-la a partir de fatos passados, mas estudá-la em seu processo de mudança, inexoravelmente dialético.

Destaco, por fim, outros importantes conceitos da abordagem histórico-cultural para a compreensão do processo de tornar-se sujeito: instrumentos, signos e mediação semiótica.

Compreendemos por instrumentos as ferramentas com as quais o homem, através do seu trabalho, modifica a natureza de forma duradoura e intencional. Signos, por sua vez, são criações humanas de “controle das ações” (PINO, 2005, p. 139), complexos sistemas de comunicação social, dotados de significação de carácter sócio-histórico. Nestes termos, entramos na questão da mediação semiótica, constituído como um dos conceitos centrais da teoria vigotskiana.

Usando destes conceitos para falar da relação dialética homem-sociedade, se esclarece que esta pessoa se faz presente, desde o nascimento, em universo repleto de significados que são acessíveis à sua apropriação: a subjetivação. Em contraponto, há a objetivação: compreendida como toda a atividade humana objetivada, que promove uma transformação no seu meio. Neste processo, aquilo que é objetivado sempre carrega consigo traços da subjetividade de quem o produz, relacionando-se a outras subjetividades objetivadas, transformando-as e transformando-se concomitantemente. Eis o processo dialético da atividade humana.

3.2 A cidade

Ora recorro às palavras do antropólogo Massimo Canevacci para iniciar minhas reflexões sobre a cidade, considerando-a não limitada ao seu espaço

físico, mas algo em constante mutação, repleta de signos comunicacionais que medeiam com aqueles sujeitos nela inseridos, relações dialéticas.

Ao dialogar sobre aspectos da vida urbana destaco uma importante característica da cidade contemporânea, para a qual alguns autores atribuem o conceito de polifonia. Podemos iniciar uma reflexão deste termo através do que nos enuncia Canevacci (1993, p.17) sobre a comunicação urbana enquanto comparada a um “coro que canta com uma multiplicidade de vozes autônomas que se cruzam, relacionam-se, sobrepõe-se umas às outras, isolam-se ou se contrastam”.

Ainda, empresto as palavras de Sousa (2011) ao enunciar que o cenário urbano, recheado de meios de comunicação e interação, torna-se receptor de sentidos, articulado aos diversos modos de vida nele presentes, condições de vida estas que divergem entre a cidade idealizada e as tantas cidades concretas que paradoxalmente se constituem neste mesmo espaço territorial. Assim, a polifonia urbana apresenta-se tanto na própria condição estrutural das cidades, quanto nas divergências discursivas dos sujeitos que as experimentam de diferentes formas.

Para se compreender o conceito de polifonia, recorro à concepção bakhtiniana de que o polifônico se define pela convivência e interação de uma multiplicidade de vozes independentes e imiscíveis,

pois só se pode ter vida real em um universo povoado por uma multiplicidade de sujeitos interdependentes e isônomos. Eu me projeto no outro que também se projeta em mim, nossa comunicação dialógica requer que o meu reflexo se projete nele e o dele em mim, que afirmemos um para o outro a existência de duas multiplicidades de “eu”, de duas multiplicidades de infinitos que convivem e dialogam (...). (BEZERRA, 2008, p. 194).

Retomando ao ponto em que falávamos sobre as inúmeras vozes que constituem o discurso urbano, volto nossos olhares especialmente ao grupo em questão neste presente trabalho de pesquisa/intervenção: as pessoas com transtorno mental.

É sabido que durante mais de duzentos anos a relação que a sociedade ocidental manteve com as pessoas em sofrimento psíquico foi calcada em moldes de violência e exclusão, bem como os estigmas a elas atribuídos resultam em comportamentos sociais negativos, de medo e rejeição (AMARANTE, 2007). Compreende-se que estes antigos métodos da assistência psiquiátrica prejudicaram a capacidade de contratualidade e de trocas sociais destas pessoas,

seja pelo silenciamento ou pelo descrédito conferido às suas falas neste coro social.

A partir disso, construiu-se esta pesquisa, que se propunha a não somente escutar estas falas, mas respeitar a capacidade destes sujeitos de pensar e representar crítica e abstratamente suas realidades cotidianas.

4 PERCURSO METODOLÓGICO

Para efetivar este projeto propus aos sujeitos convidados a tomar parte da pesquisa, todos adultos diagnosticados com transtornos mentais diversos, a realização de encontros em grupos de frequência semanal, com duração aproximada de duas horas, no espaço de um serviço público municipal de inclusão social. A participação foi voluntária e as discussões dos temas davam-se de maneira diretiva, não exigindo presença contínua e totalizando oito encontros. Todos os participantes, bem como seus responsáveis legais quando necessário, concordaram com os atos e usos da pesquisa conforme Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Nestes encontros primeiramente eram realizadas as conversas sobre os temas por mim previamente selecionados, embora evidentemente, tratando-se de conversas espontâneas envolvendo sujeitos singulares, com histórias e interesses distintos, não há de se ter a pretensão de que o diálogo tome um fluxo conhecido, ideal, que não fuja ao planejado. Inserir-se nessa cotidianidade e fazer parte deste ato de conversar, transforma os pesquisadores tantas vezes vistos como meros observadores, em pesquisadores participantes de fato (SPINK, 2008).

A conversa no grupo era seguida por meio de registros fotográficos realizados em espaços urbanos de Joinville, em Santa Catarina, situação na qual os sujeitos buscaram representar, através das imagens capturadas, como compreendem fatos discutidos nestas conversas – geralmente figuras cotidianas – manifestos na cidade. As fotografias foram produzidas em passeios realizados coletivamente em espaços públicos da cidade, sendo os trajetos realizados por meio de transporte coletivo ou a partir de caminhadas. Durante todo esse trajeto os sujeitos tinham a liberdade para expressar suas escolhas para a fotocomposição. Ao término, voltávamos ao local onde se davam as rodas de conversa e visualizávamos o resultado do registro no computador.

Considerando o caráter voluntário da participação e o desejo dos sujeitos em contribuir para a pesquisa, o tamanho da amostra não foi previamente estipulado, contando, ao final do trabalho, com a participação de quatro sujeitos. Agora, convido o leitor a refletir comigo os resultados desse trajeto de experiência, sob a forma de palavra escrita e discursos imagéticos.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste processo de conhecer a percepção desses sujeitos, materializada sob a forma de discurso verbal e imagético, surgiram algumas ideias que ora compartilho com o leitor, tomando emprestada a contribuição de outros autores a fim de impetrar um fundamento teórico para as possíveis respostas à minha pergunta inicial: como as pessoas com transtornos mentais percebem seu lugar social dentro da cidade contemporânea? Em resposta, me foi manifesto inúmeras possibilidades de reflexão, algumas das quais descrevo nas linhas abaixo.

Ressalvo que no arrojo de falar dessas interpretações mantenho a confidencialidade dos nomes desses sujeitos e, ainda, tomo a liberdade de atribuir-lhes codinomes daquilo que a mim transborda do sentido intercambiante entre prisão e liberdade: os pássaros.

5.1 Discursos verbais e imagéticos de uma cidadania aprisionada

Se os pássaros falassem
Talvez os teus ouvidos escutassem
Este cativo pássaro dizer:
“(...) Solta-me ao vento e ao sol!
Com que direito à escravidão me obrigas?
Quero saudar as pompas do arrebol!
Quero, ao cair da tarde,
Entoar minhas tristíssimas cantigas!
Por que me prendes? Solta-me covarde!
Deus me deu por gaiola a imensidade:
Não me roubes a minha liberdade.
Quero voar! Voar!”

Olavo Bilac (Pássaro Cativo, In: Poesias Infantis, 1929).

Ao iniciar este pesquisar trazia impregnado em meu vocabulário o termo *loucura*. Ora, este termo se apresenta à sociedade cotidianamente em diversos contextos, seja no discurso comum, em âmbitos de saúde, na mídia ou na

literatura, na academia ou tantos outros. Entretanto, para início de trabalho, dirigi um dos encontros a revisar este conceito.

Nas narrativas presenciadas é perceptível a dicotomia criada entre o *louco* e pessoa com *transtorno mental*. No discurso dos sujeitos pesquisados, o louco é ultrajado, digno de segregação, em contrapartida, a pessoa com transtorno mental – ou em sofrimento psíquico – é aquela que demanda tratamento, que precisa de cuidado, a quem se pode destinar um afeto genuíno, conforme indica Sabiá:

Pessoa louca é assim, como eu posso dizer, não pode mexer com as pessoas (...) não pode ter convívio, entendeu? Vai agredir as pessoas, por exemplo. Não eu, eu passei uns dias lá no CAD⁴, passei um tempo, eu fiquei com um colega lá e eu não conheci ele como louco, entendeu? (...) Daí eu tenho esse colega como um irmão, né? E eu não considero ele [louco] (SABIÁ, 2012. Grifo do autor).

Havendo consonância sobre a preferência pelo segundo termo, passei a investigar, portanto, quais sentidos estes sujeitos atribuem à sua condição de pessoas com transtorno mental. Com isso, partimos a circular pela cidade com câmera fotográfica em mãos.

Corroboradas pelo discurso verbal, as fotografias foram construídas com um forte posicionamento crítico, quase um grito, tanto sobre a posição da sociedade em relação ao transtorno mental, quanto às próprias implicações subjetivas no processo de perceber-se um sujeito adoecido. As fotografias são entristecidas. As falas também:

⁴ Trata-se do CAPSII da cidade de Joinville, Santa Catarina, denominado Centro de Atenção Diária Nossa Casa, popularmente conhecido pela sigla supracitada.



Imagem 01: A casa abandonada.

Fonte: Arquivos da pesquisa.

Nesta imagem, produzida por Canário, verifica-se uma casa abandonada. No retorno da andança pela cidade, quando Bem-te-vi visualiza a imagem juntamente com os demais participantes da pesquisa e com a pesquisadora, ele verbaliza: *“A casa abandonada é quando não mora ninguém na casa, fica abandonada, igual ao transtorno mental, também (...). Não tem uma família morando lá, a alegria da família, dos filhos... se torna um pesadelo, né?”*. Por sua vez, Canário, autor da imagem, no ato de sua captura proferiu que a pessoa com transtorno mental fica abandonada e descuidada como a casa.

Já a imagem seguinte contempla uma poça de água fotografada por Bem-te-vi e dita por ele como significante do transtorno mental, quando enuncia: *“é mal, em vez de ser tudo planejado, isso perturba as pessoas, né? Eu tenho o sonho de ser todo certinho, mas quando tá errado, aí pra mim se torna o transtorno, sabe?”*.



Imagem 02: A poça d'água.

Fonte: Arquivos da pesquisa.

Ao ver essas imagens, remeto-nos a pensar o conceito de estética compreendendo-a como uma forma de se apropriar da realidade, atravessada pela sensibilidade. Faço uso, ainda, das palavras de Bastos (2001) ao apontar que grande parte da compreensão do que de fato é a cidade nos é possibilitada por meio do olhar sensível. Esta sensibilidade do olhar, materializada sob a forma de fotografia, abrange não apenas a realidade objetiva, mas tanto mais os aspectos subjetivos da paisagem urbana e dos processos sociais que ela abriga. Deste modo, ao mesmo tempo em que a fotografia possibilita que estes sujeitos estabeleçam relações estéticas com esses objetos, estimula também a educação estética do olhar àqueles que buscam interpretar aquilo que é visto: o olhar estranha o familiar, possibilitando novas experiências com o cotidiano.

Essas duas imagens tão sensíveis carregam sentidos que podem ser muito refletidos. Em sua objetividade representam aspectos sujos da cidade, os lugares largados, descuidados, de onde o olhar comum se desvia e se afasta. Paradoxalmente, estes sujeitos olham para essa simplicidade excluída e verbalizam sobre o abandono que é comum também às pessoas com transtorno mental. Estes sujeitos fotografam o subjetivo: ao mesmo tempo em que olham para o abandono da cidade, enxergam o seu próprio.

Por outra perspectiva, estes locais ilustrados demonstram-se exauridos da sua beleza de outrora: não fotografou-se uma casa em condições precárias, mas uma grande casa localizada em uma região privilegiada da cidade. O incomodo reside especificamente no esvaziamento do que já foi alegre, no *pesadelo* que é este vazio, um vazio que nem sempre é visível ao olhar de fora, mas conhecido por quem vivencia.

Durante alguns momentos desta pesquisa, quando passeávamos de ônibus ou em locais da cidade com tanta homogeneização da normalidade, percebi que muitos olhares transitavam dos sujeitos a mim e de novo a eles, antes de serem desviados. Com isso, relembro as palavras de Amorim e Dimeinstein (2009) que nos apontam para uma sutil reprodução de manicômios não tão visíveis entre nós, no dia-a-dia da sociedade contemporânea, onde ainda que alguns muros de concreto tenham sido derrubados, mesmo que na ausência de uma segregação hospitalar, há em igual voracidade uma evitação, descaso ou descrédito àqueles verdadeiros estranhos no baile da grande metrópole⁵.

Retornando à produção dos sujeitos, destaco que a doença nem sempre foi dita, durante a pesquisa, como uma condição estática. Pode-se perceber a importância que os sujeitos atribuem para a atividade laboral, tanto como significativo do exercício efetivo da cidadania, quanto como possibilidade de intervenção terapêutica:

⁵ Termo adotado por Bastos (2001) para referir-se às diversas minorias marginalizadas que desafinam o cenário da cidade idealizada.



Imagem 03: O prédio em construção.

Fonte: Arquivos da pesquisa.

A fotografia acima foi construída por Canário, paralela ao discurso de que assim como o prédio, o transtorno mental necessita estar em atividade para ficar bom, para ficar completo.

Diante disto, recorro às contribuições de Guerra (2004) sobre a estratégia terapêutica de utilizar da atividade enquanto promotora de saúde. No Brasil a utilização desta técnica fortemente marcada pelo desenvolvimento de oficinas terapêuticas – conta com os primórdios na década de 1940 quando, pautadas nos preceitos da terapia ocupacional de Nise da Silveira, passou a considerar a produção subjetiva destes sujeitos como outra possibilidade de intervenção diante do arsenal médico de orientação puramente biológico que dominava as práticas da assistência psiquiátrica.

Com o avanço da reforma psiquiátrica em campo nacional, essas oficinas passaram a carregar uma finalidade político-social: busca-se com elas criar novas relações da pessoa com transtorno mental com o circuito social, resgatando sua linguagem e cidadania, através da possibilidade de vida pública e produtiva na comunidade. Instauram-se aí novos pontos de atenção constante dos profissionais que atuam nesta área: estar alerta para não difundir neste contexto um discurso ideal, o qual aqueles sujeitos menos autônomos sintam necessidade em introduzir em sua própria fala visando aceitação. É preciso compreender a

singularidade em cada demanda, afim de não naturalizar situações e de propiciar que cada intervenção seja, de fato, um projeto terapêutico singular, adaptado com igual importância às possibilidades e ao desejo de cada sujeito. E, paralelamente manter-se em contínua visitação de suas práticas e saberes, a fim de reinventarem suas abordagens, não permitindo que as práticas outrora inovadoras tornem-se novamente institucionalizantes e segregadoras, limitadas ao espaço protegido dos serviços de saúde e não ousando a difundir-se na cidade, lugar de direito de cada cidadão, de cada sujeito, de cada ser humano.

Entretanto, pensando sob a lógica capitalista de que só há trabalhador produtivo a partir do momento em que a força humana de trabalho gere mais-valia, ou seja, conceba o capital como instrumento direto de valorização (MARX, 2004), remeto-me ao caso de Bem-te-vi que, tal como outros sujeitos desta pesquisa, iniciou seu histórico de adoecimento mental já na vida adulta, de modo que sua realidade cotidiana – de sujeito trabalhador, ativo e produtivo – foi alterada. Quando falávamos sobre inclusão e exclusão social o trabalho apareceu em seu discurso com uma intransferível finalidade de garantir uma inclusão efetiva, de tornar sujeitos cidadãos de plenos direitos. Ressaltou especialmente funções que julgava subalternas em termos de valorização social, reiterando continuamente a dignidade e importância do seu exercício, em detrimento especialmente a não poder trabalhar.



Imagem 04: O Gari.

Fonte: Arquivos da pesquisa.

Estes sujeitos pesquisados passaram, após o adoecimento, a recheiar a classe daqueles a quem a sociedade em seu senso-comum costuma denominar de improdutivos. Neste sentido, lembro a fala de um dos principais nomes dentre os movimentos antimanicomiais, Franco Basaglia, ao conceber que a construção do hospício objetivou o controle e a repressão dos trabalhadores que perderam a capacidade de responder às demandas capitalistas (BASAGLIA, 1982). Para ele, o hospital psiquiátrico, bem como outras instituições de tratamento em modelo asilar de longa permanência, são apenas instrumentos criados para atender às exigências oriundas da forma como a sociedade está hierarquicamente estruturada, em que poucos detêm o controle sobre muitos. Assim, o *manicômio* surgiu como instrumento para concretizar essa relação de dominação e poder do capitalismo: segregando, aprisionando ou cindindo a relação daqueles destoantes com a cidade produtivista.

Neste caminho, percebo a cotidianidade presente nas imagens produzidas por Bem-tevi como um convite – ou mesmo uma intimação – a pensar a cidade sob essa perspectiva. A cidade trás calcada em sua materialidade aspectos que se engendram e nos possibilitam novas compreensões da vida social. Nogueira (2009) coloca que neste espaço material os sujeitos buscam inscrever sua marca como forma de garantir o seu lugar social. Ora, este mesmo espaço, em sua dinâmica cotidiana, mostra o resultado dos diversos conflitos entre capital e trabalho que permeiam o desenvolvimento da sociedade: a cidade expõe os tantos processos de poder e dominação, como o é o capitalismo sobre o adoecimento psíquico.

A autora prossegue ainda defendendo que a urbanidade revela contradições históricas que se constituem a partir do desenvolvimento desigual das relações sociais. Essa desigualdade muitas vezes é manifesta por meio da desqualificação do sujeito que passa a ser alocado a um lugar social desvalorizado (NOGUEIRA, 2009). Portanto, é possível pensar que as pessoas com transtornos mentais, enquanto atores desprivilegiados nesses conflitos capitalistas, estabelecem com a cidade esta relação cindida: na sua impossibilidade de demarcar o seu lugar espacial e social por meio do seu trabalho e produção de capital – aspecto ainda dominante para o processo de inserção na sociedade –, ficam subsumidas a uma condição de não acesso às

trocas sociais típicas do cenário urbano, sendo resguardado para si o espaço de segregação e invisibilidade.

Voltando nosso olhar mais diretamente à cidade de Joinville, faço uso das palavras de Schwede (2010) ao contextualizar-nos historicamente sobre o desenvolvimento desta cidade. Joinville passou a assumir seu perfil industrial a partir do início do século XX, sendo que com a eclosão das duas Grandes Guerras e conseqüentes limitações nas importações nacionais de produtos estrangeiros neste período, houve saltos do desenvolvimento industrial joinvilense. O crescimento populacional seguiu esta regra, tendo seu aumento intensificado especialmente entre as décadas de 1960 a 1980.

Neste contexto diversas pessoas migraram para esta cidade na busca por melhores condições de vida e trabalho, sendo ainda hoje facilmente percebida a heterogenia da população. Também, segundo dados da Fundação Instituto de Pesquisa e Planejamento para o Desenvolvimento Sustentável de Joinville (IPPUJ), Joinville se conhece atualmente como o terceiro maior pólo industrial do sul do país, estando entre os maiores PIB das cidades catarinenses. Acerca disto tudo, Bem-te-vi, em seu diálogo coeso e crítico, para além dos inúmeros nomes folclóricos atribuídos à Joinville ao longo de sua história⁶, preferiu dizê-la como “a cidade das indústrias”. Esta cidade, assim, revela-se não apenas como o lugar onde se vive, mas o lugar onde se trabalha, mais uma vez expondo a fragilidade que têm em acessá-la aqueles impossibilitados de trabalhar.

Neste caminho, retomo o material produzido pelos sujeitos desta pesquisa, no que se refere ao valor que atribuem ao trabalho. No curso de nosso diálogo, falávamos sobre liberdade quando, acompanhando a figura que segue, Andorinha enuncia:

Andorinha: Eu pegava o ônibus especial pra ir pra fábrica. O mesmo ônibus que passava lá em casa passava na fábrica. Sempre de ônibus. Saia da fábrica ia pra lanchonete fazer um lanche...

Pesquisadora: E isso pra você é liberdade?

Andorinha: Liberdade... Liberdade boa!

⁶ Cada qual oriundo de diversos motivos históricos, sociais e culturais, a cidade de Joinville já foi conhecida como A Cidade dos Príncipes, das Flores, da Bicicleta e da Dança.



Imagem 05: O ônibus, a lanchonete e o trabalho.

Fonte: Arquivos da pesquisa.

Andorinha é uma mulher joinvillense, aposentada, que trabalhou durante anos em várias empresas desta cidade. Quase toda sua produção nesta pesquisa trazia em seu cerne uma referência ao trabalho, dizendo-o como mediador de suas relações com a cidade: *“Nasci e me criei aqui (...) conheço a cidade toda, porque desde cedo comecei a trabalhar fora, né?”*.

Andorinha trabalhou exclusivamente no ramo da indústria têxtil, o que presumo ter ocorrido especialmente na década de 1970. Segundo os estudos de Niehues (2000) neste período todo o cenário nacional vivia um momento conhecido como milagre econômico brasileiro quando, favorecidas por novas políticas econômicas internas e pelos investimentos e empréstimos estrangeiros ao setor industrial, várias indústrias de bens de consumos duráveis tiveram crescimento considerável, fato que não diferiu em território joinvilense. Esse crescimento vertiginoso resultou em um desequilíbrio entre a demanda de produção e a mão-de-obra disponível para cumpri-la. Desta forma, Andorinha experimentou a cidade, na condição de trabalhadora, em um momento que difere da realidade atual: seja pela ampla oferta de emprego, seja pelas diferentes formas de acessá-la por meio do trabalho.

Por exemplo, no seu enunciado Andorinha trás a questão do ônibus para narrar sua antiga rotina cotidiana que define como liberdade: o trabalho e,

consequentemente, o transporte por ele provido, possibilitava que ela chegasse a outras regiões da cidade além da que residia. Novamente recorrendo à referência de Niehues (2000) se esclarece que a estratégia de adotar linhas de ônibus para transportar os trabalhadores até as empresas e vice-versa, surgiu pela demanda apresentada por trabalhadores residentes em outros municípios que encontravam dificuldades para chegar até seus postos. As empresas, por sua vez, acataram a possibilidade abrangendo também as periferias joinvilenses, a fim de manter a já escassa e rotativa mão-de-obra. Assim, o trabalho, de fato, levou Andorinha a conhecer diferentes cidades que de forma polifônica se constituíam e ainda se constituem dentro desta Joinville, *sempre de ônibus*.

Ela nos conta, ainda, que após o adoecimento não está habituada a sair de casa, com exceção de seus trajetos padrões aos serviços de saúde, mas ainda que os edifícios tenham se modificado, suas lembranças permanecem. Penso que após tantos afastamentos compulsórios e consequente cisão da sua relação com a cidade, Andorinha não acompanhou a velocidade disrítica com que esta se transformou, percebendo suas mudanças, mas mantendo suas memórias empíricas, por vezes até referindo-se aos lugares conforme lhes conheceu há anos atrás.

Reavivar este contato crítico e reflexivo com o espaço urbano gerou subsídios para que adentrássemos efetivamente nas representações de inclusão e exclusão social percebidas entre esta cidade, no foco de nosso estudo, e as pessoas com transtorno mental. Ao trazer à tona o conteúdo de suas produções, reitero que todos os participantes desta pesquisa passaram por internações psiquiátricas no modelo manicomial. Certamente cada qual vivenciou a situação à sua forma, entretanto, empresto as palavras de Bem-te-vi ao proferir sua opinião:

tem pessoas que tem esse nível né, que entende, que sabe que um dia vai parar, que passe dois anos, mas vai parar. Mas tem pessoas que não entende, que internam. Eu acho que o 'internamento' psiquiátrico é muito forte pra pessoa (BEM-TE-VI, 2012. Grifo meu).

Para compreender a condição dos hospitais psiquiátricos é preciso percorrer o trajeto histórico das psiquiatrias reformadas ao longo do tempo. No século XVIII, a Revolução Francesa veio a culminar dois conceitos antagônicos e de igual importância para essas reflexões: cidadania e alienação mental.

Recorrendo à contextualização dada por Amarante (2011) o conceito de alienação mental foi postulado por Philippe Pinel em um momento em que a medicina passava a cingir o âmbito hospitalar como espaço pleno desta ciência. O termo referia-se a um distúrbio capaz de produzir desarmonia na mente, deixando o sujeito incapaz de perceber a realidade. Pinel foi o precursor em uma ciência outrora conhecida como “alienismo”, com técnicas terapêuticas que perduraram até períodos muito contemporâneos, ainda não estando totalmente extintas. O alienismo considerava tratar o sujeito a fim de restituí-lo da liberdade perdida em decorrência da alienação mental e, para tal, via como principal recurso o isolamento do mundo exterior.

Ora, conforme mencionado, foi também neste mesmo cenário de transformações políticas, econômicas e sociais provido pela Revolução Francesa, que o conceito de cidadania teve ascensão. O próprio termo tem origem etimológica na palavra cidade (*polis*), advindo deste conceito o compromisso do sujeito, agora cidadão, para com a sociedade. Entretanto, os antigos “alienados” não eram admitidos cidadãos, visto que sua alienação o privava da liberdade (ou do livre-arbítrio). Para se recuperar a liberdade, era preciso recuperar a Razão. Para se recuperar a Razão, era preciso o isolamento. Estabeleceu-se, portanto, uma verdade paradoxal de que para libertar era necessário prender. Desta verdade fica o questionamento: se este sujeito em constante transformação constitui sua subjetividade na dialética relação com o outro, não seria indissociável sua relação com a sociedade?

No cenário nacional ainda hoje existem diversos estabelecimentos psiquiátricos em modelo semelhante, apesar de este contexto ter sofrido considerável transformação após o início dos movimentos antimanicomiais. Observando de forma mais detida a cidade de Joinville, sabe-se que ela se destaca em Santa Catarina como referência em rede pública de saúde mental e atenção psicossocial. Para tal, lança mão de dispositivos tais como Centros de Atenção Psicossocial, Serviço Residencial Terapêutico, Pronto Acolhimento Psicossocial, dentre outros, com o propósito de reabilitar pessoas com transtornos mentais ao convívio social.

Esta rede existe em um contínuo processo de mudança, que dialeticamente se adapta às demandas da cidade e seus sujeitos, priorizando um acompanhamento sem privação da liberdade. A aprovação a este modelo se evidencia tanto na supradescrita fala de Bem-te-vi, como pela produção

fotográfica de Andorinha em que, quando falávamos de inclusão social, escolheu registrar o primeiro serviço de atendimento em saúde mental instalado no município, onde até hoje realiza o seu acompanhamento medicamentoso. Destacou enfaticamente o tratamento de qualidade e os bons tratos que recebe no local, no sentir-se cuidada e protegida.



Imagem 06: O acompanhamento.

Fonte: Arquivos de pesquisa.

Seguindo adiante nestas ponderações, outro aspecto de especial importância foi o desejo manifesto em estabelecer trocas sociais, de viver a cidade tal qual ela se apresenta, com aquilo que ela oferece. As discussões sobre cidadania acompanharam toda nossa aventura de pesquisar. Esta cidadania, este *negócio de direitos*, foi representada pela possibilidade de vida pública integral: usufruir dos bens de consumo que a sociedade oferece, liberdade para reclamar os direitos enquanto cidadão, o acesso aos direitos básicos de ir e vir, de possuir uma identidade documental, dentre tantas outras complexidades que, por conta de sua cotidianidade, se apresentam tão simples à vida em sociedade. Ilustrando, apresento as duas últimas fotografias concebidas como retrato desse cotidiano: o shopping e o transporte coletivo.



Imagem 07: A loja.

Fonte: Arquivos da pesquisa.

O shopping foi fotografado por Andorinha ao dialogar sobre o direito não apenas de consumir, mas de ter acesso aos bens de consumo oferecidos pela cidade. Em seu discurso, falava não somente do “ter”, mas do “adquirir” como um ato. Quando se referia à inclusão social, como o momento em que produziu esta fotografia, mencionava com frequência a possibilidade de fazer suas próprias compras: escolher suas preferências, pagar com seu próprio dinheiro. Entretanto, ela trás que não costuma frequentar precisamente shopping, pois não sente a vontade, a menos que esteja acompanhada. Por esta fala, mais uma vez subentende-se que apenas determinados locais da cidade estão ao alcance daquelas minorias de quem a sociedade se esquiva, e o shopping, enquanto grande templo da normalidade e do consumo⁷, não é um destes.

⁷ Expressão originalmente utilizada por Amorim e Dumerstein (2009) ao relatar sobre os olhares de estranhamento e recusa direcionados de passantes em um shopping aos sujeitos recém egressos de internações psiquiátricas longas, que se encontravam no local. Neste templo da normalidade, as diferenças entre estes dois grupos se enfatizaram.



Imagem 08: O transporte coletivo.

Fonte: Arquivos de pesquisa.

Em relação ao transporte, por fim, Bem-te-vi registrou um movimento social conhecido na cidade, posicionando-se criticamente a respeito de tal:

É greve pro não aumento da passagem de ônibus, passeata, reivindicação... passagem tá cara, tá caro já, né? Vai subir mais ainda. Dá pra comprar um litro de óleo diesel, mais até. Se cada pessoa que subir no ônibus dá pra comprar um litro de óleo, 'orra' meu, tão faturando pra caramba, hein?(BEM-TE-VI, 2012).

Em nosso diálogo, Bem-te-vi – que já tendo vivido diversas situações de silenciamento, e que em alguns momentos proferiu seu posicionamento contrário à internação psiquiátrica – referiu aqui a importância de se ter liberdade para expressar suas indignações, sendo esta possibilidade uma evidência da inclusão social.

Essas falas e fotografias, somadas às tantas experiências vividas durante este pesquisar que não foram metamorfoseadas em palavra escrita, exibem que estes sujeitos pesquisados preservam considerável conhecimento e posicionamento crítico sobre as questões pertinentes ao viver em sociedade. Compreendem, também, a tristeza de mecanismos de exclusão social direcionados às minorias dentro de uma cidade, minorias que eles próprios recheiam. A cidade está disponível apenas ao acesso de alguns. Em

contrapartida, posicionam-se também de forma sensata na compreensão de si mesmo enquanto cidadãos de direitos e na valorização das ações que garantem que esses direitos sobrevivam dentro deste cenário. A cidade mais uma vez demonstra-se polifônica, uma vez em que este mesmo espaço social e material carrega tanto mecanismos de exclusão, quanto de inclusão social.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde os primórdios deste trabalho, levantei como pontos de relevância para a sua realização suscitar nos participantes reflexões críticas sobre suas condições no espaço urbano em que vivem e propiciar, através do registro fotográfico, um espaço de criação e um novo instrumento de comunicação.

Quanto à produção de conhecimentos obtidos através da pesquisa, objetivei a busca por compreender como se estabelecem as relações da cidade com as pessoas com transtorno mental, a partir do olhar destas próprias pessoas, a fim de que o tanto o meio acadêmico quanto o de intervenção profissional possam refletir acerca de como se impõe a desinstitucionalização na cidade contemporânea, de forma que a aplicação dos preceitos da Reforma Psiquiátrica possam ser criticamente refletidos, a fim de não apenas realizar-se a desospitalização progressiva da assistência psiquiátrica, como também promover uma mudança atitudinal na forma como a cidade, cultura e sociedade recebem esta ação, e como os sujeitos egressos de contextos de exclusão possam ser, de fato, incluídos e adaptem-se a esta nova realidade.

Diante deste compromisso, a pesquisa-intervenção atingiu o objetivo no sentido de trazer algumas respostas (dentre tantos questionamentos possíveis) que possibilitem a essas pessoas exercitar suas reflexões críticas acerca do nosso objeto de estudo: a cidade contemporânea. Durante todo processo foram ouvidos os seus conhecimentos sobre essas questões, bem como convidados a pensar sobre tais.

Ao término, entendo que estes sujeitos compreendem que a cidade abriga concomitantemente mecanismos de inclusão e exclusão social, percebem que ficam limitados no seu acesso à sociedade por conta de alguns desses mecanismos, trazendo com ênfase a questão incapacidade laborativa – sendo um instrumento de fundamental importância para a inserção social dentro de um contexto capitalista.

No que diz respeito aos movimentos de desospitalização, a valorização dos atuais dispositivos de tratamento que preconizam a liberdade do sujeito foi manifesta em diversos momentos. Assim, compreendo que estes sujeitos interiorizam a cidade como um lugar que lhes é de direito, lugar em que cresceram e do qual foram afastados, mas que ainda sedia o desejo de trocar, de conhecer, de experimentar: suas presenças até podem ser achatadas e subsumidas em alguns contextos, mas estão ali presentes, imprimindo sua marca na cidade, onde a dialógica existente entre os sujeitos cria uma atmosfera relacional indissolúvel.

Todas essas vidas pulsam na cidade em um movimento que é recíproco: num eterno vai-e-vem de histórias de transeuntes pelas ruas de um movimento cada vez mais intenso e veloz, essas distintas histórias cotidianamente se esbarram e se distanciam, vivendo relações, compondo coros, criando memória. Uma memória que é compartilhada entre a cidade e os sujeitos, uma memória que é dialética, que é vívida e vivida. Assim, encerro estas reflexões tomando emprestadas as palavras do grande poeta Vinícius de Moraes, ao sintetizar: *a vida é a arte do encontro, embora haja tanto desencontro pela vida.*

REFERÊNCIAS

- AMARANTE, P. *Saúde Mental e Atenção Psicossocial*. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Fio Cruz, 2007.
- AMORIM, A. K. A., DUMERSTEIN, M. Loucura e cidade: cenas biopolíticas e incursões (des) institucionalizantes. *Fractal: Revista de Psicologia*. Rio de Janeiro: Vol. 21. Nº. 02, 2009.
- ANDRADE, C. D. *Menino antigo*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1974.
- BASAGLIA, F. *A psiquiatria alternativa*. Rio de Janeiro: Editora Contra Capa, 1982.
- BASTOS, P. Ver a cidade: uma viagem pelas fotos de João Musa. *Estudos Avançados*. São Paulo: Vol. 05. n. 41,2001.
- BEZERRA, P. Polifonia. In: *Bakthin, conceitos-chave*. 4ª edição. São Paulo: Editora Contexto, 2008.
- BILAC, O. Pássaro Cativo. In: *Poesias Infantis*. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1929.

CANEVACCI, M. *A cidade polifônica: ensaio sobre a antropologia da comunicação urbana*. São Paulo: Editora Studio Nobel, 1993.

GUERRA, A. M. C. Oficinas em Saúde Mental: percurso de uma história, fundamentos de uma prática. Figueiredo, A. C. e Costa, C. M. (org.). In: *Oficinas Terapêuticas em Saúde Mental – sujeito, produção e cidadania*. Rio de Janeiro: Editora Contra Capa, 2004.

IPPUJ Fundação Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano. In: *Joinville em Números 2011*. Joinville: Prefeitura Municipal de Joinville, 2012. Disponível em: <https://ippuj.joinville.sc.gov.br/conteudo/32-Joinville+em+N%C3%BAmeros.html>. Acessado em jul/2012.

KOSSOY, B. *Os tempos da fotografia: o efêmero e o perpétuo*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2007.

MARX, K. Trabalho produtivo e trabalho improdutivo. ANTUNES, R. (org.). In: *A dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2004.

MAURENTE, V. TITTONI J. Imagens como estratégia metodológica em pesquisa: a foto composição e outros caminhos possíveis. *Psicologia & Sociedade*. Porto Alegre: Vol. 19. n. 03, 2007.

MORAES, V. de, POWELL, B. Samba da bênção. Vinícius de Moraes e Baden Powell [compositores]. In: *Vinícius: poesia e canção*. Direção artística: José Marques da Costa. Direção e produção do LP: Roberto Quartim e Wadi Gebara. São Paulo: Forma, Companhia Brasileira de Discos, 1966. 1 disco sonoro, vol I. Lado A, faixa 1 (03:07).

NIEHUES, V. D. De agricultor a operário: lembranças migrantes. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Catarina, PPGH. Florianópolis: 2000. Disponível em <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/78221>. Acessado em jul/2012.

NOGUEIRA, M. L. M. Subjetividade e materialidade: cidade, espaço e trabalho. *Fractal: Revista de Psicologia*. Rio de Janeiro: vol. 21. n. 01, 2009.

ORTIZ, I. M, ZANELLA, A. V, MAHEIRIE, K. Relações estéticas. (Re)constituição leitora e as aventuras de Pinóquio. In: *Anais 16 COLE - Congresso de Leitura do Brasil*. Campinas: 2007.

PINO, A. *As marcas do humano: às origens da constituição cultural da criança na perspectiva de Lev S. Vigotski*. São Paulo: Editora Cortez, 2005.

SCHWEDE, G. O Paraíso das crianças na Cidade dos Príncipes: a polifonia urbana revelada em imagens fotográficas. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, PPGP. Florianópolis: 2010. Disponível em <http://www.tede.ufsc.br/teses/PPSI0434-D.pdf>. Acessado em dez/2011.

SOUSA, M. A cidade como palco da comunicação. In: SOUSA, M. (Org.) *Olhares Urbanos: estudos sobre a metrópole comunicacional*. São Paulo: Editora Summus, 2011.

SPINK, P. K. O pesquisador conversador do cotidiano. *Psicologia & Sociedade*. Porto Alegre: vol. 20. n.spe, 2008.

VIGOTSKI, L. S. *A Formação Social da Mente*. 3. Ed. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1989.

ZANELLA, A. V. Atividade, Significação e constituição do Sujeito: Considerações à luz da Psicologia Histórico-Cultural. *Psicologia em Estudo*. Maringá: vol. 9, n. 1, 2004.